pagamento, durante o actual ano económico, do têrço do vencimento a um dos auditores em serviço no mesmo Tribunal.

Este decreto será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública antes de publicado no *Diário do Governo*.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação da Suíça, os Estados Unidos do México aderiram, em 21 de Novembro de 1929, à Convenção para a protecção da propriedade industrial, de 20 de Março de 1883, e ao acôrdo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, relativo ao registo internacional de marcas de fábrica e de comércio, revistos na Haia em 6 de Novembro de 1925.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 10 de Janeiro de 1930.—O Director Geral, *Francisco António Correia*.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 17:878

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a importância de 40.932\$30 a verba consignada no n.º 1) do artigo 9.º do capítulo 2.º do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em vigor para o ano económico de 1929-1930 a vencimentos do pessoal na disponibilidade por conveniência do serviço e fora deste.

Art. 2.º Para compensação da despesa a que se refere o artigo precedente são anuladas no mesmo orçamento as quantias de 1.860\$56, na verba 2.ª do artigo 37.º do capítulo 4.º, consignada a «Despesas secretas indispensáveis à defesa nacional, vigilância de emigração e outras imprevistas», e de 39.071\$74, na verba 3.ª do mesmo artigo, consignada a «Diferenças de câmbio».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Janeiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Artur Ivens Ferraz—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—Hamilcar Barcinio Pinto—Luís António de Magalhães Correia—Jaime da Fonseca Monteiro—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Vitor Hugo Duarte de Lemos—Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 17:879

Considerando que não há prejuízo para o Estado na ampliação do prazo do lançamento dos cabos submarinos Faial-Itália e Faial-S. Vicente de Cabo Verde, constantes do contrato celebrado em 7 de Julho de 1926 entre o Governo Português e a Companhia italiana de cabos submarinos Italcable;

Considerando que já se encontra lançado o cabo da mesma Companhia Lisboa-Málaga-Barcelona-Itália com ligação para a América do Sul e Açores, constante do mesmo contrato;

Considerando que por outro lado há grande vantagem para o Estado no imediato lançamento do cabo entre Lisboa e um ponto do norte da Europa, constante do contrato celebrado entre o Governo Português e a referida Companhia Italcable, em 13 de Julho de 1927, pelo movimento de trânsito que deve trazer a Lisboa, muito principalmente desde que este cabo seja dotado dos mais recentes aperfeiçoamentos (*loaded cable*) destinados a garantir uma grande capacidade de transmissão:

Hei por bem, atendendo ao requerimento da Companhia Italcable, datado de 7 de Dezembro de 1929, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É ampliado por mais cinco anos, a contar da data deste decreto, o prazo fixado na alínea a) do artigo 5.º do contrato celebrado entre o Governo Português e a Companhia italiana de cabos submarinos Italcable em 7 de Julho de 1926.

Art. 2.º É restringido, devendo terminar em 31 de Dezembro de 1930, o prazo fixado no artigo 5.º do contrato celebrado em 13 de Julho de 1927 entre o Governo Português e a Companhia italiana de cabos submarinos Italcable, ficando esta Companhia obrigada a fazer a construção do cabo em condições de garantir uma grande capacidade de transmissão (*loaded cable*).

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 10 de Janeiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Artur Ivens Ferraz—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—Hamilcar Barcinio Pinto—Luís António de Magalhães Correia—Jaime da Fonseca Monteiro—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Vitor Hugo Duarte de Lemos—Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Autónoma de Justiça e Cultos

Decreto n.º 17:880

Meses após a publicação da Organização Judiciária das Colónias, o Conselho Superior Judiciário considerou a conveniência que havia para o serviço em conhecer quaisquer alvites e indicações que a experiência aconse-